UM ESTUDO DE CASO DOS PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS NA PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

A CASE STUDY OF TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL PRODUCTS IN PROFESSIONAL POSTGRADUATE COURSES

ESTUDIO DE CASO DE PRODUCTOS TÉCNICOS Y TECNOLÓGICOS EN CURSOS DE POSGRADO PROFESIONAL

JÉSSICA DA SILVA GADELHA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa – PB – Brasil.
jdsgadelha@outlook.com
http://orcid.org/0000-0002-4020-0918

PATRÍCIA SILVA
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa – PB – Brasil.
silva.131313@gmail.com
http://orcid.org/0000-0002-9415-0629

Recebido em: 12/05/2025 Aceito em: 25/03/2026 Publicado em: 10/11/2026

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar os produtos técnicos e tecnológicos (PTTs) desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes (PPGOA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscando compreender suas contribuições para a aplicação prática do conhecimento acadêmico. Este estudo de caso adotou abordagem quanti-qualitativa e foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e análise de conteúdo categorial. Foram analisados 243 trabalhos finais disponíveis no Repositório Institucional da UFPB, com foco na seleção e classificação dos PTTs, conforme as doze tipologias estabelecidas para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, na qual o programa está inserido. Como resultado, foram identificados 62 produtos técnicos e tecnológicos, predominando as categorias de Relatório Técnico Conclusivo e Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis, com médio teor de inovação. A análise evidenciou avanços significativos na produção técnico-tecnológica do programa, embora ainda existam oportunidades para ampliação da diversidade tipológica e fortalecimento da visibilidade dos PTTs como instrumentos de inovação institucional e impacto social. Como contribuição prática, foram desenvolvidos um *folder* informativo com orientações sobre os PTTs da área e um portfólio digital contendo as produções mapeadas.

Palavras-chave: produtos técnicos e tecnológicos; inovação acadêmica; conhecimento aplicado; programa de pós-graduação profissional; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Abstract

This study aimed to analyze the Technical and Technological Products (PTTs) developed within the Graduate Program in Management of Learning Organizations (PPGOA) at the Federal University of Paraíba (UFPB), seeking to understand their contributions to the practical application of academic knowledge. This case study adopted a quantitative and qualitative approach and was conducted through

a bibliographic survey, document analysis, and categorical content analysis. 243 final works available in the UFPB Institutional Repository were analyzed, focusing on the selection and classification of the PTTs according to the twelve typologies established for the area of Public and Business Administration, Accounting Sciences, and Tourism, in which the program is inserted. As a result, 62 technical and technological products were identified, predominantly in the categories of Conclusive Technical Report and Non-patentable Process/Technology and Product/Material, with a medium level of innovation. The analysis highlighted significant advances in the technical and technological production of the program, although there are still opportunities to expand the typological diversity and strengthen the visibility of the PTTs as instruments of institutional innovation and social impact. As a practical contribution, an informative folder was developed with guidelines on the PTTs in the area and a digital portfolio containing the mapped productions.

Keywords: technical and technological products; academic innovation; applied knowledge; professional postgraduate program; Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar los Productos Técnicos y Tecnológicos (PTTs) desarrollados en el Programa de Posgrado en Gestión de Organizaciones de Aprendizaje (PPGOA) de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), buscando comprender sus contribuciones a la aplicación práctica del conocimiento académico. Este estudio de caso adoptó un enfoque cuantitativo-cualitativo y se realizó a través de levantamiento bibliográfico, análisis documental y análisis de contenido categórico. Se analizaron 243 trabajos finales disponibles en el Repositorio Institucional de la UFPB, con foco en la selección y clasificación de los PTT según las doce tipologías establecidas para el área de Administración Pública y Empresarial, Ciencias Contables y Turismo, en la que se inserta el programa. Como resultado, se identificaron 62 productos técnicos y tecnológicos, con predominio de las categorías de Informe Técnico Concluyente y Proceso/Tecnología y Producto/Material No Patentable, con un nivel medio de innovación. El análisis destacó avances significativos en la producción técnico-tecnológica del programa, aunque aún existen oportunidades para ampliar la diversidad tipológica y fortalecer la visibilidad de los PTT como instrumentos de innovación institucional e impacto social. Como aporte práctico, se elaboró una carpeta informativa con orientaciones sobre los PTT de la zona y un portafolio digital que contiene las producciones mapeadas.

Palabras clave: productos técnicos y tecnológicos; innovación académica; conocimiento aplicado; programa de posgrado profesional; Coordinación para el Mejoramiento del Personal de Educación Superior (CAPES).

1 Introdução

O cenário contemporâneo, caracterizado por rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas, impõe desafios cada vez mais complexos à gestão organizacional. Nesse contexto, os programas de pós-graduação profissional têm desempenhado papel estratégico na formação de profissionais capazes de enfrentar essas demandas, integrando teoria e prática para gerar soluções inovadoras e socialmente relevantes.

No Brasil, a modalidade dos mestrados profissionais passou a ganhar maior reconhecimento acadêmico e institucional ao longo da última década, especialmente a partir da

Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nº 60/2019, que consolidou a obrigatoriedade da entrega de produtos técnicos e tecnológicos (PTTs) como parte da conclusão desses cursos. Essa normativa buscou qualificar e orientar a produção aplicada nos programas *stricto sensu*, aproximando-os das demandas da sociedade e do setor produtivo (CAPES, 2019a).

Pesquisadores como André (2017) e Sarfati (2022) destacam que a introdução dos mestrados profissionais e de suas respectivas produções técnico-tecnológicas vem contribuindo para superar a histórica dicotomia entre o conhecimento acadêmico e as necessidades práticas do mercado. No entanto, ainda existem desafios relacionados à padronização e à visibilidade dessas produções nos programas de pós-graduação.

Nesse sentido, selecionamos o Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes (PPGOA), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que se destaca como um espaço de formação acadêmica e produção científica voltado à construção de conhecimentos aplicados. Inserido na Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, o programa tem como área de concentração a Gestão e Aprendizagens, abordando diferentes dimensões da gestão organizacional e do processo de aprendizagem nas organizações.

Uma das exigências para os mestrados profissionais é a entrega de PTTs, que materializam a aplicação prática do conhecimento. No entanto, esses produtos geralmente permanecem incorporados às dissertações, dificultando sua identificação e acesso independente. Com base nessa problemática, este estudo buscou responder à seguinte questão: como se caracterizam os produtos técnicos e tecnológicos no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes?

Para tanto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as produções de PTTs do programa. Os objetivos específicos foram:

a) Delinear os trabalhos finais do PPGOA no Repositório Institucional da UFPB que apresentem como resultado um PTT;
b) Categorizar os PTTs com base na classificação da CAPES com relação às doze tipologias da Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo;

c) Verificar a aderência das produções técnico-tecnológicas às tipologias, critérios e diretrizes de avaliação estabelecidos pela CAPES para programas de pós-graduação profissional da Área 27.

2 Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como quanti-qualitativa, pois integra a objetividade dos dados mensuráveis com a subjetividade da interpretação dos fenômenos sociais (Gramsci, 1995; Minayo; Sanches, 1993). O estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva (Gil, 2019) e configura-se como um estudo de caso instrumental (Yin, 2015), com foco na análise da produção técnica e tecnológica desenvolvida no PPGOA da UFPB.

A primeira etapa correspondeu à pesquisa bibliográfica, realizada com o objetivo de levantar o conhecimento existente sobre PTTs e pós-graduação profissional (Fonseca, 2002). Esse levantamento permitiu construir o referencial teórico da investigação, oferecendo uma visão ampla do tema estudado.

Posteriormente, foi realizado o levantamento de todos os trabalhos finais produzidos no período de 2013 a 2024, disponíveis no repositório institucional da universidade. Não houve delimitação de amostra, uma vez que se optou pela análise do universo completo de trabalhos produzidos no âmbito do referido programa, considerando todos os registros disponíveis desde os primeiros trabalhos indexados. A pesquisa bibliográfica foi complementada pela análise documental e pela análise de conteúdo do tipo categorial, conforme proposta por Bardin (2016), que prevê as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

Na segunda etapa, realizamos uma leitura flutuante dos trabalhos selecionados, priorizando as seções de resumo, sumário, resultados, conclusões e apêndices, por entender que essas seções oferecem subsídios informativos necessários para identificação de PTTs. Para Valle e Ferreira (2025), a leitura flutuante oferece um momento inicial de aproximação do pesquisador com o material, no qual se busca captar impressões gerais e estabelecer vínculos preliminares com os objetivos e hipóteses do estudo.

Após a seleção, a terceira etapa consistiu na descrição e classificação destes, com a identificação de nome, objetivo, localização do PTT no trabalho final, tipologia conforme as

doze categorias da Área 27 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, grau de replicabilidade e tipo de inovação.

Na quarta etapa, os dados foram submetidos à análise estatística descritiva (Prodanov; Freitas, 2013), que permitiu organizar as informações em gráficos e tabelas para evidenciar padrões e frequências. A interpretação qualitativa posterior possibilitou compreender os sentidos e tendências associados à produção dos PTTs.

3 Uma jornada pela pós-graduação brasileira

A história da pós-graduação no Brasil remonta à década de 1930, quando, segundo Saviani (2002), o Estatuto das Universidades Brasileiras, proposto por Francisco Campos, já previa a criação de um sistema nacional de pós-graduação inspirado nos modelos europeus. A partir da década de 1950, acordos internacionais e parcerias acadêmicas começaram a moldar o cenário da educação superior no país. Segundo Santos (2003), dois modelos influenciaram de maneira significativa a consolidação da pós-graduação brasileira: o europeu, em instituições como a Universidade de São Paulo (USP), e o norte-americano, presente no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Um dos primeiros aparatos legais datam de 1951, quando o Decreto nº 29.741 estabeleceu a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, visando assegurar a formação de profissionais qualificados para atender às demandas econômicas e sociais do país (Brasil, 1951). Esse movimento buscava reduzir a dependência do Brasil em relação a centros acadêmicos estrangeiros, conforme destaca Santos (2003).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram um período desafiador para a consolidação da pós-graduação. Saviani (2002) define esse momento como um período heroico, em que professores e pesquisadores, muitas vezes formados no exterior, criaram condições básicas para o funcionamento dos programas, superando limitações como a falta de bibliotecas e infraestrutura adequada.

Um marco fundamental nesse processo foi o Parecer nº 977/1965, conhecido como Parecer Sucupira (Brasil, 1966), que definiu as diretrizes para os cursos *stricto sensu* no Brasil, estabelecendo o sistema de mestrado e doutorado baseado no modelo norte-americano, com

estrutura curricular composta por *major* – área de concentração – e *minor* – matérias complementares (Santos, 2003).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961 e posteriormente atualizada em 1996 (Brasil, 1996), desempenhou papel central na regulamentação da educação superior brasileira. Silva, Suarez e Umpierre (2017) apontam que a LDB contribuiu para garantir o direito à formação continuada, estabelecendo diretrizes gerais para a oferta de programas de pós-graduação. Por sua vez, o art. 44 da lei determinou que a educação superior deveria incluir programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento, acessíveis a diplomados em cursos de graduação (Brasil, 1996).

O predomínio inicial da pós-graduação acadêmica no Brasil visava à formação de pesquisadores e docentes universitários, como relata Fischer (2005). Entretanto, a partir da década de 1980, segundo Hostins (2006), o sistema universitário brasileiro passou por uma reconfiguração, aproximando-se de um modelo mercantil, com ampliação da oferta de vagas, diversificação de fontes de financiamento e crescimento da internacionalização e uso de tecnologias da informação.

Essas mudanças trouxeram à tona o debate sobre a distância entre a produção acadêmica e a prática profissional. Van De Ven e Johnson (2006) argumentam que muitos resultados da pesquisa acadêmica carecem de aplicabilidade prática, ao passo que profissionais do mercado negligenciam o conhecimento gerado nas universidades. Essa tensão entre teoria e prática evidenciou a necessidade de novas formas de formação.

Nesse cenário, surgiram os mestrados profissionais como uma resposta às demandas do mercado. Sarfati (2022) observa que esses programas foram pensados para aproximar academia e prática, oferecendo uma alternativa aos modelos acadêmicos tradicionais. A regulamentação dessa modalidade no Brasil iniciou-se com a Portaria nº 47/1995, que estabeleceu critérios para recomendação e avaliação de cursos de mestrado profissional, incluindo exigência de corpo docente qualificado e flexibilidade quanto à forma de apresentação do trabalho final, que poderia incluir projetos, estudos de caso, relatórios técnicos, instrumentos ou protótipos (CAPES, 1995).

Em 1998, a Portaria nº 80 introduziu novos parâmetros de avaliação, reforçando a valorização da produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa e extensão (CAPES, 1999). Ainda assim, André (2017) e Ribeiro (2005) relatam que houve resistência na

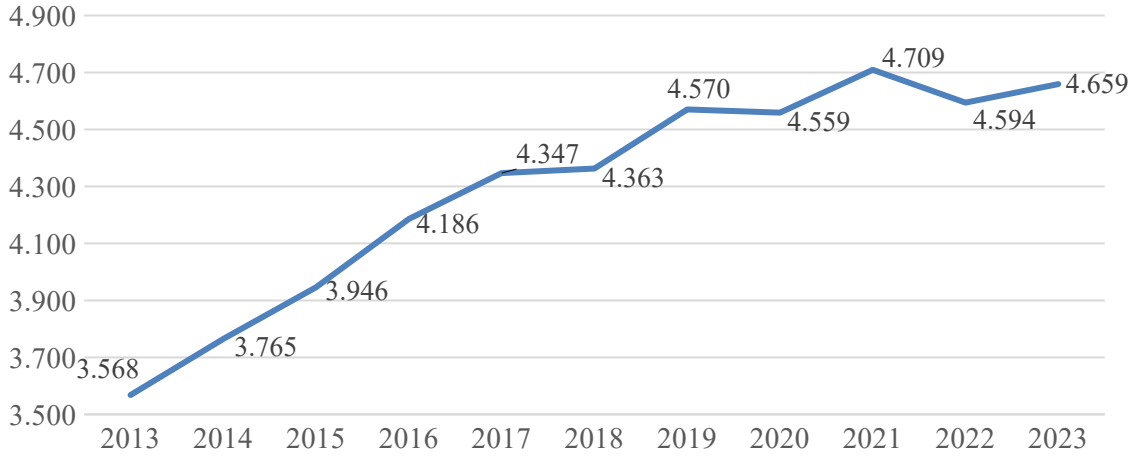
academia, sob o argumento de que os mestrados profissionais estariam excessivamente vinculados a interesses empresariais. Boufleuer (2003) ressalta que a CAPES passou a estabelecer critérios para diferenciar claramente os mestrados profissionais dos cursos *lato sensu*, exigindo articulação entre ensino e pesquisa e atendimento a demandas de formação profissional não contempladas pelos mestrados acadêmicos.

Em 2009, as Portarias nº 7 e nº 17 garantiram a equiparação legal entre títulos obtidos em mestrados acadêmicos e profissionais (Brasil, 2009a, 2009b). Posteriormente, a Portaria nº 389/2017 e a Resolução nº 7/2018 estabeleceram padrões de qualidade para os programas *stricto sensu*, incluindo o reconhecimento do doutorado profissional como modalidade legítima do Sistema Nacional de Pós-Graduação (Brasil, 2017, 2018).

A Portaria nº 60/2019 reforçou o papel da inovação tecnológica nos mestrados e doutorados profissionais, com foco na geração de soluções para problemas complexos em diferentes setores produtivos e sociais (CAPES, 2019a). Nesse mesmo sentido, Fischer (2005) ressalta que o mestrado profissional, ainda recente na pós-graduação brasileira, surgiu nos anos 1990 como fenômeno inovador.

Há registros de que o Mestrado Profissional em Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cadastrado em 1993 e reconhecido em 1998 (CAPES, [202-]), foi um dos primeiros a consolidar essa modalidade. Historicamente, dados da CAPES apontam um crescimento expressivo dessa oferta a partir de 2013, refletindo a valorização de programas focados na aplicação prática do conhecimento e no atendimento a demandas específicas de diferentes áreas do mercado (CAPES, [2023]), como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Crescimento anual dos programas de pós-graduação na modalidade profissional



Fonte: adaptado de CAPES, [2023].

Como se observa, houve uma ampliação significativa no número de cursos dessa modalidade, refletindo uma maior valorização da formação voltada à aplicação prática do conhecimento no mercado de trabalho. Essa trajetória de expansão destaca a importância estratégica desses cursos para atender às necessidades profissionais emergentes em diversas áreas do conhecimento.

4 Produtos técnicos e tecnológicos

O advento das tecnologias da informação e comunicação intensificou a necessidade de formar profissionais aptos a enfrentar os desafios contemporâneos, sobretudo no que se refere à integração entre teoria e prática. Nesse cenário, os PTTs despontam como instrumentos essenciais para a aplicação do conhecimento acadêmico na solução de problemas reais e na proposição de inovações no campo profissional (Mattos; Assunção; Batista, 2020).

De acordo com Kotler (1998), produto é qualquer item disponível para satisfazer uma necessidade ou desejo. No entanto, para a CAPES, o PTT assume uma definição mais específica, pois representa o resultado concreto de um trabalho acadêmico, podendo incluir relatórios técnicos, patentes, protótipos e *softwares*, entre outros (CAPES, 2019b). Assim, o PTT tem como objetivo gerar impacto direto na realidade profissional do discente, aproximando o ambiente acadêmico do mercado de trabalho.

Nesse sentido, para ser considerado técnico ou tecnológico, o produto deve apresentar aplicabilidade prática, relevância científica e efetiva contribuição para a resolução de problemas concretos (Mattos; Assunção; Batista, 2020). Ainda segundo os autores, na área de Administração, os PTTs devem promover melhorias organizacionais, otimizar processos ou contribuir para o avanço de teorias aplicadas.

No âmbito da classificação, a CAPES define quatro elementos essenciais para a categorização dos PTTs: produto, serviço, processo/atividade e relevância/utilidade (CAPES, 2019b). O produto é uma entrega tangível e finalizada para o usuário; o serviço exige a interação simultânea entre prestador e receptor; o processo ou atividade não requer a presença de cliente externo, sendo realizado pelo próprio autor; e a relevância é medida pela utilidade prática que o produto proporciona ao usuário final.

Quanto à avaliação dos PTTs, são considerados os critérios de impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. O impacto refere-se ao benefício social gerado, conforme salientam Bangani (2018) e Ribeiro (2005), que destacam a importância da pós-graduação na transformação da realidade social. No entanto, Wood Jr. *et al.* (2016) e Pinto (2020) alertam para a complexidade e a carência de metodologias consolidadas para mensurar esse impacto de forma padronizada.

Em relação à aplicabilidade, esta se refere à facilidade de uso e potencial de replicação do produto (Moura, 2020; Pilatti *et al.*, 2024). Produtos de adoção simples e ampla aplicabilidade tendem a ser mais valorizados. Quanto à inovação, a CAPES (CAPES, 2015) considera as modalidades radical, incremental e social, conforme também discutido por Faria e Vasconcelos (2020), sendo a inovação um elemento central para garantir originalidade e valor (Moura, 2020).

Além disso, a complexidade do desenvolvimento dos PTTs é classificada, segundo Winter (2018), em alta, média ou baixa, de acordo com o grau de interação entre os diferentes atores e os conhecimentos envolvidos. Outro aspecto relevante é o grau de replicabilidade: restrita (uso exclusivo no contexto original), escalável (possível adaptação a outros cenários) e irrestrita (aplicação ampla sem adaptações).

Para organizar essa produção, a CAPES estruturou a tipologia dos PTTs em quatro grandes eixos: Produtos e Processos, Formação, Divulgação da Produção e Serviços Técnicos. Ao todo, foram definidas 21 categorias, que incluem patentes, *softwares*, cursos, tecnologias sociais, bases de dados e normas regulatórias, entre outras (CAPES, 2019b). No contexto específico da Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo –, destacam-se doze produtos (Quadro 1).

Quadro 1 – Produtos técnicos e tecnológicos da Área 27.

Produto	Descrição
Empresa ou organização social (inovadora)	Uma nova empresa ou organização social formada com base em produto, serviço ou processo tecnológico desenvolvido por docentes e/ou discentes no âmbito do programa de pós-graduação. Ex.: *startups*, OSCIPS, associações sem fins lucrativos.
Processo/ tecnologia e produto/material não patenteáveis	Produtos e/ou processos tecnológicos que, por impedimentos legais, não apresentam um mecanismo formal de proteção em território brasileiro, incluindo quaisquer ativos de propriedade intelectual. Ex.: novos processos de gestão documentados, novas técnicas de desenvolvimento de lideranças sistematizadas.
Relatório técnico conclusivo	Texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica

	em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido. Ex.: relatórios de consultorias e assessorias técnicas.
Tecnologia social	Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade. Ex.: técnicas alternativas de produção, projetos de organizações comunitárias.
Norma ou marco regulatório	Diretrizes que regulam o funcionamento do setor público e/ou privado. Tem por finalidade estabelecer regras para sistemas, órgãos, serviços, instituições e empresas, com mecanismos de regulação, compensação e penalidade. Ex.: marco regulatório em educação, energia, saúde, telefonia, internet, transporte, petróleo e gás, organizações da sociedade civil, norma regulamentadora em segurança e saúde no trabalho ou de prevenção de riscos ambientais.
Patente	Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Ex.: patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade.
Produtos/ processos em sigilo	Bens físicos/tangíveis obtidos por combinação de ideias, que possam ser materializados ou produzidos por determinado processo de fabricação, destinados ao uso restrito e comprovado por meio de declaração de sigilo. Ex.: novos processos de fabricação documentados, novos processos de gestão empresarial sistematizados.
***Software*/ aplicativo**	Conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador a fim de obter determinado resultado. Ele é composto por um código-fonte, desenvolvido em alguma linguagem de programação. Ex.: programa de simulação, *software* de pesquisa operacional, *softwares* de gestão, aplicativos educacionais.
Base de dados técnico-científica	Conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e conferir mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. Ex.: banco de dados de indicadores gerenciais; acervo de notificações.
Curso para formação profissional	Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do programa de pós-graduação. Ex.: formação contínua de profissionais/gestores de organizações públicas e privadas, oferta especial para profissionais vinculados aos projetos de pesquisa.
Material didático	Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais. Ex.: material impresso como livros didáticos e paradidáticos, coleções e jogos educativos, material audiovisual como fotografias, programas de TV e rádio, material em novas mídias, como *e-book*, plataformas e aplicativos de celular.
Produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico	Artigo publicado em revistas voltadas a campos específicos do conhecimento, geralmente relacionadas com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado, diferenciando-se, assim, das revistas científicas, as quais buscam divulgar o progresso científico. Ex.: publicação em periódicos e seções tecnológicas.

Fonte: adaptado de CAPES (2020).

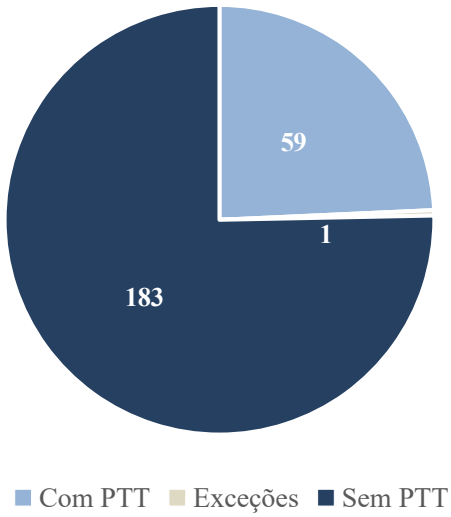
Essa diversidade de categorias busca aproximar a produção acadêmica das demandas sociais e do mercado de trabalho, tornando-se essencial, assim, promover a visibilidade e a disseminação dos PTTs para assegurar que as soluções desenvolvidas na academia sejam incorporadas a contextos organizacionais reais, contribuindo para o avanço tecnológico, a inovação e o desenvolvimento econômico e social.

5 Análise e discussão dos resultados

Entre os anos de 2013 e 2024, foram encontrados 243 trabalhos finais na coleção do PPGOA no repositório institucional. A seguir, apresenta-se a distribuição percentual dos trabalhos finais que apresentaram ou não algum tipo de PTT, bem como os casos excepcionais identificados.

O Gráfico 2 revela que, dos 243 trabalhos finais, 59 incorporaram algum tipo de PTT, ao passo que 183 não apresentaram essa característica. É importante ressaltar que um trabalho se tornou parte da estatística de exceção por apresentar o *status* de acesso embargado, o que impossibilitou a análise do documento na íntegra, e três desses trabalhos finais apresentaram dois tipos de PTT em uma única produção acadêmica, totalizando 62 PTTs.

Gráfico 2 – Trabalhos finais com e sem PTT



Fonte: dados de pesquisa (2025).

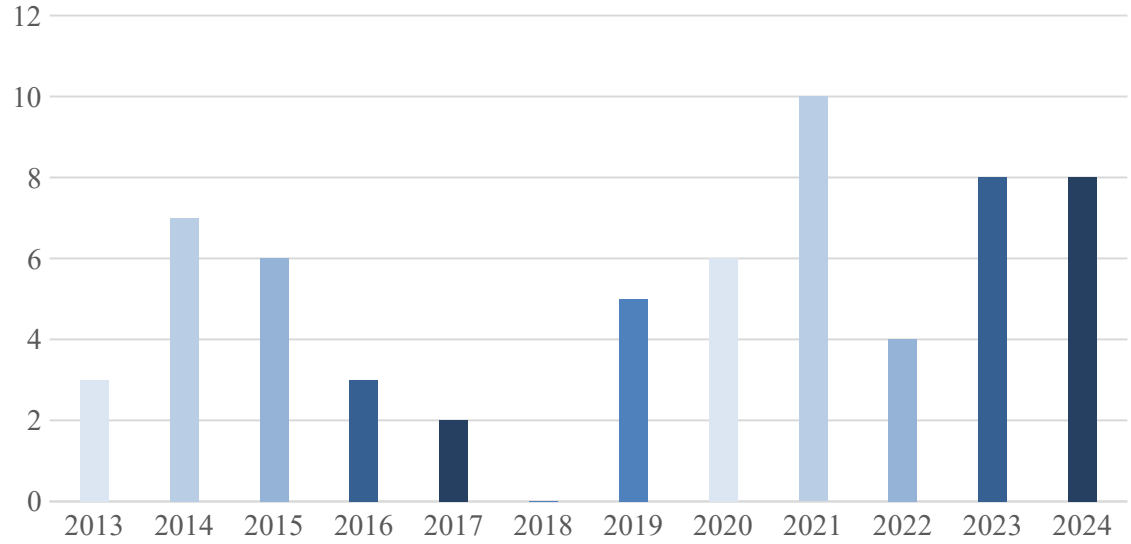
Para a análise do Gráfico 2, é importante lembrar que a exigência formal da CAPES para o desenvolvimento e qualificação de PTTs nos mestrados profissionais foi estabelecida a

partir da Portaria nº 60/2019. Essa normativa consolidou diretrizes que valorizaram a produção técnico-tecnológica como critério de avaliação dos programas de pós-graduação, especialmente os profissionais (CAPES, 2019a).

Desse modo, considerando que essa diretriz é relativamente recente, é compreensível que muitos programas ainda estejam em processo de adaptação para atender plenamente a essas exigências. Ainda, historicamente, os mestrados profissionais no Brasil foram estruturados com base nos modelos dos mestrados acadêmicos (André, 2017), o que influencia a cultura institucional e as práticas de orientação e pesquisa, gerando uma menor ênfase na geração de PTTs, mesmo em programas voltados à aplicação prática do conhecimento.

A fim de compreender a evolução da produção técnico-tecnológica no âmbito do programa de pós-graduação profissional, elaborou-se um levantamento quantitativo dos PTTs desenvolvidos ao longo dos anos pelos discentes do programa. Desse modo, o Gráfico 3 apresenta a distribuição anual desses produtos, evidenciando os momentos de maior e menor incidência de produção no período analisado.

Gráfico 3 – Produção de PTTs por ano



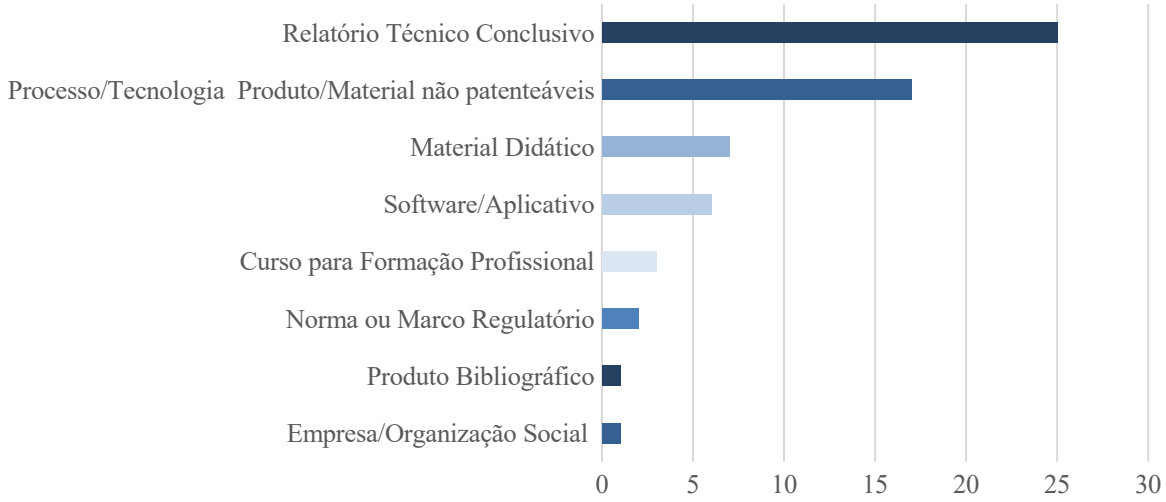
Fonte: dados de pesquisa (2025).

De maneira geral, o Gráfico 3 revela uma trajetória oscilante, mas com tendência clara de crescimento ao longo dos anos. O período de 2013 a 2017 reflete um início de produção ainda tímido e esporádico, com registros de dois a sete produtos anuais. Essa fase inicial marca o período de adaptação do programa à lógica da produção técnico-tecnológica. Após 2021,

observa-se uma leve oscilação, mas sem retorno aos baixos índices do passado. Em 2023 e 2024, os números se mantêm elevados, com oito PTTs em cada ano, indicando uma consolidação da cultura de desenvolvimento de produtos técnicos e tecnológicos no programa. Essa curva evidencia que o programa tem avançado na internalização da lógica de produção de PTTs, ainda que de forma gradual e sujeita a variações conjunturais. O crescimento e a estabilização nos últimos anos demonstram uma mudança cultural quanto ao alinhamento às exigências de produtos técnicos nos mestrados profissionais.

A CAPES, por meio da área de avaliação 27, define um conjunto de tipologias para classificar os PTTs dos programas de pós-graduação profissional. O Gráfico 4 ilustra a distribuição dos PTTs desenvolvidos no PPGOA, de acordo com essas tipologias estabelecidas para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Gráfico 4 – Tipologias de PTTs desenvolvidos no PPGOA



Fonte: dados de pesquisa (2025).

As tipologias atribuídas aos PTTs do programa mostram uma forte aderência à tipologia Relatório Técnico Conclusivo – Processos de Gestão Elaborado, com 25 ocorrências, sendo a mais recorrente entre todas as categorias. Esse destaque pode ser compreendido a partir de dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, o próprio regimento interno do programa prevê essa tipologia, de forma expressa, como um dos formatos aceitos para conclusão do curso (UFPB, 2024); em segundo lugar, o Relatório Técnico Conclusivo, por si só, já é reconhecido pela CAPES como um produto técnico e tecnológico válido (CAPES, 2019b), não havendo, portanto, a necessidade de apresentar um PTT adicional. Essa condição faz dele uma opção

viável e atrativa para os discentes, uma vez que une, em uma única produção, os requisitos de trabalho final e de produto técnico.

Durante a classificação, algumas situações demandaram interpretação criteriosa, especialmente nos casos em que os produtos não se enquadravam de forma clara em apenas uma tipologia. É o caso, por exemplo, dos manuais, amplamente encontrados no acervo de PTTs do programa. Embora a tipologia manual/protocolo não conste entre as doze categorias reconhecidas pela Área 27, que seria a mais adequada para a categoria, esses produtos foram analisados segundo sua intenção, estrutura e aplicabilidade, conforme recomenda Bardin (2016), que considera a categorização um processo flexível, dependente da função e do contexto do material analisado.

Quando o manual apresentava foco em normatização de rotinas ou processos institucionais, com ênfase na gestão, foi classificado como Relatório Técnico Conclusivo. Quando o manual se destinava à formação de públicos específicos, como alunos, professores ou comunidade externa, e apresentava linguagem pedagógica, estrutura didática, objetivos de aprendizagem e estratégias formativas, ele foi classificado como material didático.

Situação semelhante ocorreu com os produtos que traziam mapeamentos de processos. Quando o mapeamento estava incorporado a um relatório técnico mais amplo, ou seja, era uma etapa metodológica do documento principal, foi considerado parte do Relatório Técnico Conclusivo. No entanto, quando o mapeamento foi o objeto central do trabalho, frequentemente com foco em diagnóstico, redesenho e proposição de melhorias operacionais, sobretudo em dissertações, ele foi classificado como processo/tecnologia e produto/material não patenteáveis – categoria que abrange ferramentas, fluxos, sistemas e metodologias não passíveis de patente, mas com caráter técnico ou tecnológico evidente.

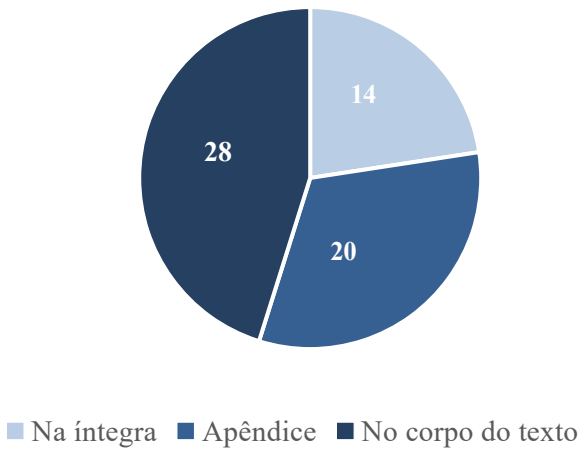
Outras tipologias, como material didático e processo/tecnologia e produto/material não patenteáveis, também aparecem com certa frequência (sete ocorrências cada), seguidas de *software*/aplicativo (seis ocorrências), refletindo uma leve diversificação nas formas de aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no curso. Contudo, observa-se que categorias como norma ou marco regulatório, curso para formação profissional, produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico e empresa/organização social inovadora são muito menos recorrentes, com apenas um a três registros cada.

No caso específico de artigo científico, apenas um trabalho final explicitamente o incluiu como parte integrante de sua produção técnico-científica. Essa baixa representação não deve ser interpretada como ausência de produção teórica científica, já que o regimento do PPGOA exige, como requisito para conclusão do curso, a submissão de pelo menos um artigo científico por parte do discente. O que ocorre é que, na prática, essas submissões são realizadas em paralelo à elaboração do trabalho final e, muitas vezes, não são mencionadas no documento formal da dissertação ou relatório técnico, dificultando seu rastreamento na lógica de identificação dos PTTs.

Outro ponto a ser considerado é que, embora o regimento do programa mencione expressamente formatos como dissertação, relatório técnico aplicado, protótipo e patente, bem como outros tipos inovadores previstos na Portaria CAPES nº 17/2009, não há menção direta às doze tipologias atualmente reconhecidas pela Área 27 da CAPES. Esse descompasso pode indicar um possível desconhecimento por parte dos discentes – e até mesmo de parte do corpo docente – sobre o leque completo de possibilidades reconhecidas para fins de avaliação institucional. Tal cenário ajuda a explicar a menor frequência de certas tipologias e reforça a importância de ações de divulgação, formação e atualização permanente sobre os critérios, as tipologias e categorias avaliativas da CAPES.

Uma questão significativa para análise é a forma como esses produtos são disponibilizados nos trabalhos finais do PPGOA. O Gráfico 5 apresenta a frequência das áreas nas quais os PTTs foram inseridos nos documentos acadêmicos: corpo do texto, apêndice ou na íntegra.

Gráfico 5 – Disponibilização do PTT no trabalho final



Fonte: dados de pesquisa (2025).

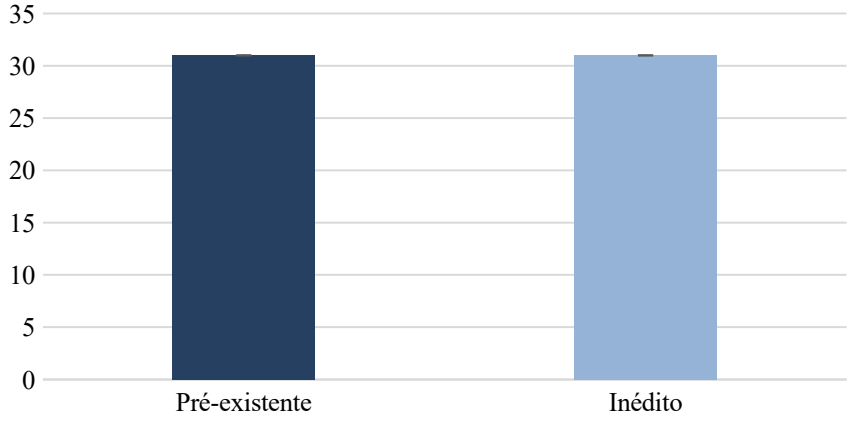
O Gráfico 5 mostra que a maioria dos PTTs foram inseridos no corpo do texto dos trabalhos finais. Essa forma de disponibilização, embora válida, dificulta a identificação imediata do produto, uma vez que muitas vezes o PTT está distribuído entre seções do documento sem destaque específico. Em alguns casos, ele é localizável por meio do sumário; em outros, é necessário fazer uma leitura atenta e minuciosa de todo o conteúdo para reconhecê-lo. Esse formato compromete a visibilidade do PTT e sua avaliação adequada, sobretudo por comissões externas ou pela própria CAPES.

Os PTTs identificados na íntegra referem-se, predominantemente, aos relatórios técnicos aplicados, que, por definição, já constituem o próprio trabalho final. Essa modalidade representa um modelo ideal de disponibilização, em que o produto é apresentado de forma consolidada e autônoma, facilitando tanto sua análise quanto sua apropriação prática.

Em contraste, a disponibilização em apêndices, embora mais acessível que a dispersão no corpo do texto, também não representa a melhor estratégia. Ainda que localizados em uma seção própria do trabalho, os apêndices muitas vezes não são destacados como PTTs e permanecem invisibilizados para o leitor externo que busca identificar rapidamente a contribuição técnica ou tecnológica do trabalho.

Com base nas diretrizes da CAPES, especialmente na avaliação da Área 27, os PTTs podem ser classificados de acordo com seu tipo de inovação, o que envolve o nível de novidade do conhecimento aplicado em sua concepção. O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos PTTs do PPGOA/UFPB segundo essa classificação, distinguindo os produtos com caráter inédito daqueles considerados preexistentes.

Gráfico 6 – Grau de inovação



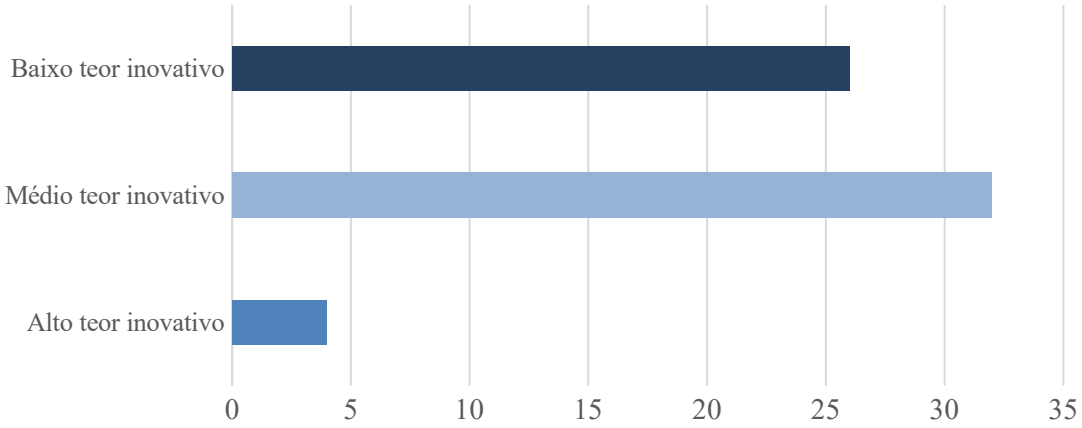
Fonte: dados de pesquisa (2025).

A análise revela a aderência de 31 PTTs classificados como inéditos, representando uma parcela significativa da produção técnico-tecnológica do programa. Essa classificação indica que os produtos foram elaborados com base em conhecimentos novos, ainda não aplicados anteriormente, e que se configuram como soluções originais para problemas específicos. Isso evidencia o potencial criativo e transformador dos discentes do PPGOA, além de se alinhar ao propósito central dos mestrados profissionais: desenvolver conhecimento aplicável e com impacto social.

Em compensação, o mesmo número aparece numa parcela considerável de produtos classificados como preexistente (31 produtos), o que significa que esses PTTs foram baseados na adaptação ou reconfiguração de conhecimentos já consolidados. Embora essa categoria tenha valor técnico e possa gerar impacto, ela apresenta um grau de inovação inferior ao da produção inédita, o que pode influenciar diretamente a pontuação atribuída aos programas durante os processos avaliativos da CAPES.

É importante destacar que os critérios utilizados para essa classificação, conforme proposto pela própria CAPES, envolvem conceitos específicos de inovação, aplicabilidade, impacto e complexidade. No entanto, esses critérios ainda são pouco conhecidos, o que pode comprometer as adequadas identificações, categorização e valorização dos PTTs desenvolvidos no programa.

Gráfico 7 – Teor da inovação



Fonte: dados de pesquisa (2025).

Além da classificação por tipologia e tipo de inovação, os PTTs também podem ser avaliados conforme o grau de inovação, critério que indica o nível de originalidade,

complexidade e impacto da solução apresentada. O teor da inovação é ilustrado no Gráfico 7, com a distribuição dos PTTs com base nas três categorias adotadas pela CAPES: baixo, médio e alto teor inovativo.

Os índices de teor inovativo revelam que a maior parte dos PTTs do PPGOA está classificada como de médio teor inovativo. A predominância indica que os produtos desenvolvidos apresentam elementos de inovação relevantes, com potencial de aplicação prática, mas sem necessariamente romper completamente com práticas ou modelos já existentes. Esse dado pode ser interpretado como positivo, pois mostra que os produtos estão em sintonia com os contextos institucionais e sociais nos quais são aplicados, oferecendo soluções viáveis e adaptadas à realidade dos usuários.

Ainda assim, observa-se um número expressivo de PTTs com baixo teor inovativo (26 ocorrências), o que sugere que muitos produtos se baseiam em adaptações ou reformulações de práticas já consolidadas. Embora isso não desqualifique a produção, esse perfil pode refletir limitações no aprofundamento metodológico ou na exploração de abordagens mais criativas e disruptivas. Considerando uma perspectiva distinta, pode estar relacionado a um desconhecimento dos critérios de inovação adotados pela CAPES, o que reforça a importância da formação continuada sobre esse aspecto entre discentes e docentes.

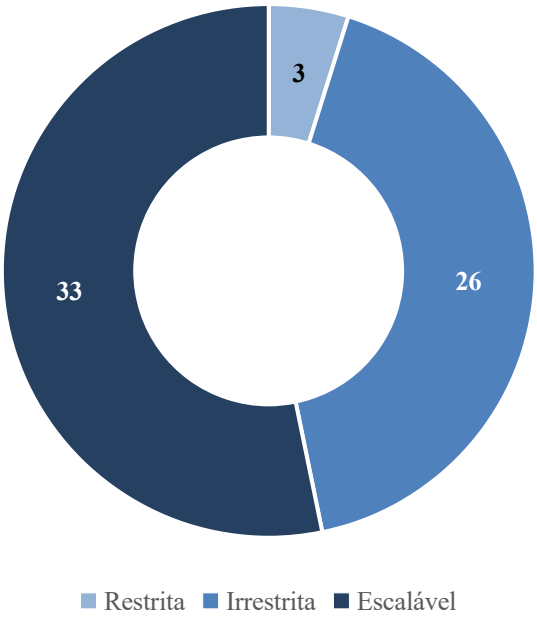
Os PTTs classificados com alto teor inovativo representam a menor parcela da amostra. Apesar de serem quantitativamente menos frequentes, esses produtos apresentam alto valor estratégico para o programa, pois evidenciam a capacidade de seus autores em gerar conhecimento novo com impacto significativo sobre práticas, políticas ou tecnologias. A baixa incidência pode ser compreendida com base no desafio inerente à concepção de soluções verdadeiramente inovadoras dentro do prazo e das exigências de um curso de mestrado profissional.

É importante esclarecer que alguns produtos considerados inéditos – por terem sido desenvolvidos especificamente no contexto da pesquisa, com base em necessidades identificadas pelo autor ou pela instituição, sem se basear diretamente em modelos já existentes – também podem apresentar médio teor inovativo, quando a solução proposta, embora nova naquele contexto, não rompe com práticas anteriores nem introduz mudanças estruturais no campo em que se aplica. Por exemplo, quando um discente elabora um manual de boas práticas para contratação pública em sua universidade com base na Lei nº 14.133/2021, de forma

pioneira, esse manual é inédito porque não existia na instituição e foi criado como produto final da dissertação, com base nos dados coletados (Brasil, 2021). Mas ele é de médio teor inovativo, pois a temática, a base legal e o formato (manual técnico) já são conhecidos e aplicados em outras realidades. Nesses casos, a inovação ocorre de forma localizada e adaptada, trazendo melhorias significativas, mas dentro dos limites de metodologias ou tecnologias já consolidadas.

Noutro contexto, o grau de replicabilidade é um dos critérios utilizados pela CAPES para avaliar a qualidade e o potencial de impacto dos PTTs desenvolvidos nos programas de pós-graduação profissional. Esse critério indica o nível de possibilidade de adoção, adaptação ou reprodução do produto por outras instituições, contextos ou públicos. O Gráfico 8 apresenta como os PTTs do PPGOA foram classificados em termos de replicabilidade: restrita, escalável ou irrestrita.

Gráfico 8 – Grau de replicabilidade



Fonte: dados de pesquisa (2025).

A análise demonstra que a maioria dos PTTs analisados apresenta grau de replicabilidade escalável (33 ocorrências), o que significa que os produtos têm potencial de aplicação em outros contextos, desde que adaptados às especificidades locais. Esse resultado é bastante positivo, pois evidencia que as soluções desenvolvidas pelos discentes não se limitam

ao contexto em que foram originalmente concebidas, podendo ser redimensionadas e aproveitadas em outras realidades organizacionais ou sociais (CAPES, 2025).

Em seguida, observa-se uma quantidade considerável de PTTs classificados como de replicabilidade irrestrita (26 ocorrências), ou seja, produtos que podem ser aplicados em qualquer ambiente sem necessidade de adaptações significativas (CAPES, 2025). Esse dado reforça a ideia de que o programa tem incentivado a produção de soluções com alto grau de generalização e transferibilidade, o que pode contribuir para o fortalecimento do impacto social do conhecimento gerado.

Outrossim, apenas três produtos foram classificados como de replicabilidade restrita, categoria que indica soluções específicas demais, voltadas exclusivamente a determinado contexto ou público (CAPES, 2025). Embora essa categoria não diminua a qualificação do produto, ela aponta um potencial de alcance mais limitado. Ainda assim, tais PTTs podem ser altamente relevantes quando aplicados de maneira estratégica em seu cenário original.

6 Considerações finais

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a maioria dos PTTs se encontra incorporada ao texto dos trabalhos finais, o que pode gerar certa dificuldade para sua localização e consulta. Diante disso, sugere-se, no âmbito deste estudo de caso, que a forma mais adequada de disponibilização desses produtos seja feita por meio de um arquivo independente, complementar ao texto dissertativo, quando pertinente. Tal estratégia ampliaria a visibilidade do PTT, facilitaria sua apropriação prática e contribuiria para uma análise mais objetiva por parte de avaliadores e demais interessados.

No entanto, observou-se que o RI da UFPB tende a indexar os trabalhos finais em um único arquivo, prática cuja motivação não está claramente explicitada. Diante desse cenário, a inserção do PTT em forma de apêndice tem se mostrado a alternativa mais viável, ainda que não seja a ideal. Nesses casos, recomenda-se que o produto seja apresentado com título destacado, de modo a facilitar sua identificação pelo leitor diretamente no sumário da dissertação ou tese.

Como toda pesquisa, este estudo também apresentou limitações. Uma delas refere-se à análise e categorização dos PTTs, especialmente devido à subjetividade dos critérios de avaliação estabelecidos pela CAPES, que carecem de parâmetros objetivos consolidados. Nesse

sentido, recomenda-se investigar os critérios utilizados como parâmetros de avaliação, levando em consideração que alguns deles só podem ser mensurados após um período de maturação do produto, geralmente superior ao tempo regular de um curso de pós-graduação.

Como alternativa viável, sugere-se que os discentes incluam em seus trabalhos finais uma seção dedicada à previsão de impactos potenciais do produto proposto, fundamentada em evidências contextuais, estudos prévios ou diagnósticos institucionais. Essa abordagem permitiria considerar, mesmo que prospectivamente, o alcance e a aplicabilidade do PTT, alinhando-se à lógica de impacto social e institucional dos programas de pós-graduação profissionais. Ademais, a criação de mecanismos de monitoração posterior à defesa para mapear os efeitos concretos dos produtos desenvolvidos mostra-se uma medida estratégica para apoiar egressos, instituições parceiras e coordenações. Essas ações poderiam subsidiar relatórios institucionais mais robustos e fortalecer os argumentos sobre a relevância prática da produção aplicada no contexto da avaliação quadrienal.

Outra limitação identificada consistiu na dificuldade de definir um enquadramento plenamente compatível de alguns produtos nas dozes tipologias oficialmente reconhecidas pela Área 27, o que demandou um esforço adicional de interpretação metodológica. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos abrangendo outros programas de pós-graduação profissionais vinculados à Área 27, com o objetivo de mapear as tipologias de PTT mais frequentemente utilizadas pelos discentes em seus trabalhos finais e, a partir disso, revisar e ajustar as tipologias atualmente estabelecidas, de modo a torná-las mais aderentes às práticas e demandas reais da área.

Apesar dessas limitações, constatou-se que o PPGOA tem avançado na consolidação dos PTTs como eixo estruturante da formação profissional. Como contribuição prática da pesquisa, foram desenvolvidos dois produtos: (a) Portfólio Digital Interativo[1], que sistematiza e dá visibilidade à produção técnico-tecnológica do programa, com potencial de replicabilidade para outros programas da área; e (b) um Folder Explicativo[2], com linguagem acessível e caráter pedagógico, que orienta discentes e docentes quanto às tipologias de PTTs reconhecidas pela CAPES. Estes foram publicados na página institucional do programa e estão disponíveis em acesso aberto.

[1] Disponível em: https://pttsdoppgoa.my.canva.site/portfoliopttppgoa.
[2] Disponível em: https://pttsdoppgoa.my.canva.site/folder.

Conclui-se, portanto, que é fundamental valorizar os esforços já empreendidos e seguir implementando iniciativas que estimulem a produção de PTTs, como a capacitação de docentes e discentes, a atualização dos projetos pedagógicos e o fortalecimento de parcerias estratégicas com o setor produtivo e a sociedade.

Referências

ANDRÉ, Marli. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. DOI: https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.053.ao06.

BANGANI, Siviwe. The impact of electronic theses and dissertations: a study of the institutional repository of a university in South Africa. **Scientometrics**, Budapest, v. 115, n. 1, p. 131-151, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-018-2657-2.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOUFLEUER, José Pedro. **O mestrado profissionalizante em educação**: a retomada do debate. Rio de Janeiro: Anped, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jan. 1966.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 10425, 13 jul. 1951. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, edição extra F, p. 1, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resol_7cne.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 61, 24 mar. 2017. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=241. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 20-21, 29 dez. 2009b. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2074/portaria-normativa-n-17. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 31, 23 jun. 2009a. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/portaria-normativa-no-7-2075. Acesso em: 9 nov. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Administração de Empresas**: programa 33014019004P0. Brasília, DF: CAPES, [202-]. Plataforma Sucupira. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?cd_programa=33014019004P0&popup=true. Acesso em: 9 nov. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de avaliação – Área 27**: administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_ADMINISTRACAO_P_ATUALIZADA.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de avaliação**: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ADM_FICHA_DE_AVALIACAO.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Observatório da Pós-Graduação**. Brasília, DF: CAPES, [2023]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/observatorio/geral. Acesso em: 12 set. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à

formação profissional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 out. 1995. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2184/portaria-capes-n-47. Acesso em: 30 out. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 26, 22 mar. 2019a. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/portaria-capes-no-60-2716. Acesso em: 9 nov. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 14, 11 jan. 1999. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2183/portaria-capes-n-80. Acesso em: 30 out. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 147, de 13 de novembro de 2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) de Mestrados Profissionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 2, 17 nov. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Produção técnica**. Brasília, DF: CAPES, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

FARIA, Ronaldo Gomes; VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner. Cria+atividade: inovação, criação e compatibilidade com os produtos técnicos. *In:* VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (ed.). **Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica**. Curitiba: Appris, 2020. p. 45-68.

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005. DOI: https://doi.org/10.21713/2358-2332.2005.v2.74.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315. Acesso em: 9 nov. 2026.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATTOS, M. C.; ASSUNÇÃO, Y. B.; BATISTA, M. H. A teoria na prática: o conhecimento aplicado no desenvolvimento de produtos técnicos. *In:* VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (ed.). **Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica**. Curitiba: Appris, 2020. p. 69-92.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002.

MOURA, L. R. C. Praticando a mudança: o papel da inovação e sua aderência aos produtos técnicos. *In:* VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (ed.). **Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica**. Curitiba: Appris, 2020. p. 115-138.

PILATTI, Luiz Alberto *et al.* Produtos educacionais em mestrados profissionais: avaliação e desenvolvimento. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 23, n. 3, p. 405-428, 2024. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen23/REEC_23_03_04_ex2044_860.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

PINTO, Marcelo de Rezende. Como fica a pós-graduação em administração no Brasil com o novo modelo de avaliação da CAPES? Contribuições ao texto do professor Pedro Lincoln. **International Journal of Business and Marketing**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 64-67, set. 2020. DOI: https://doi.org/10.18568/ijbmkt.5.2.179.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. DOI: https://doi.org/10.21713/2358-2332.2005.v2.72.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016.

SARFATI, Gilberto. Professional master's degree: another 'Jabuticaba' or a bridge between theory and practice? **Innovations in Education and Teaching International**, Londres, v. 59, n. 5, p. 555-563, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/14703297.2021.1947344.

SAVIANI, Dermeval. A Pós-Graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. *In:* BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (ed.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002. p. 135-160.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; SUAREZ, Ana Paula Mendes; UMPIERRE, Andrea Borges. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Interacções**, Santarém, v. 13, n. 44, p. 232-243, 2017. DOI: https://doi.org/10.25755/int.4108.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 23/2024, de 23 de julho de 2024**. [...] aprova e dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes [...]. João Pessoa: UFPB, 2024. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/verProducao?idProducao=6764122&key=65c5d9e7987c95ceeb15ab5e165e7cdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e49377, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469849377.

VAN DE VEN, Andrew H.; JOHNSON, Paul E. Knowledge for theory and practice. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 31, n. 4, p. 802-821, 2006. DOI: https://doi.org/10.5465/amr.2006.22527385.

WINTER, Eduardo. **Produção técnica/tecnológica**: da concepção a uma futura proposta de avaliação. Rio de Janeiro: INPI, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20180821_SeminarioRepensandoaAvaliacao_EduardoWinter_INPI.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

WOOD JR., Thomaz *et al.* Impacto social: estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. **RAC**: Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 21-40, jan./fev. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20161842.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.